Artigo

As diferentes formas de resistir em um contexto de ameaça de remoção de moradias[1]

Anelise dos Santos Gutterres[2]
Doutora em Antropologia Social pela UFRGS
Pós-doutoranda do PPGAS/Museu Nacional-UFRJ|Bolsista PNPD/CAPES.

Resumo: As reflexões apresentadas neste artigo são realizadas a partir de uma pesquisa de doutorado sobre os processos de configuração de formas de resistir diante da remoção e ameaça de remoção de moradias na favela da Providência e arredores, no Rio de Janeiro e também nas vilas da região do Morro Santa Tereza, em Porto Alegre, no período de preparação dos megaeventos nas duas cidades entre 2010 e 2016. O objetivo do texto é propor que, diante da precariedade de determinadas populações, repensemos as classificações e as formas de abordagem no campo das resistências. A proposta parte da análise crítica do modo como a noção ou expressão "resiliência" vêm sendo acionada contemporaneamente.
Palavra-chave: Resiliência; Resistências; Narrativa ;Precariedade; Moradia; Megaeventos

Abstract: The reflections presented in this article are based on my PhD thesis on the processes and forms to resist the removal and threat of housing removal in the favela of Providencia and environs in Rio de Janeiro and also in the "vilas" of the region of Morro Santa Tereza in Porto Alegre, in the period of preparation of the mega-events in the two cities between 2010 and 2016. The objective is to propose that we rethink the precariousness of certain populations, and the classifications and forms of approach in the field of resistance starting from the notions and critiques attributed to the expression resilience in the contemporary world.
Keywords: Resilience; Resistance ; Narrative; Precariousness; Politics of Housing; Mega-Events

[1] Agradeço as organizadoras o convite para compor este dossiê. Também agradeço as sugestões e reflexões coletivas que elaboramos nos encontros do *GT 47 - Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor* realizado na 31ª RBA em Brasília e onde uma primeira versão deste texto foi apresentada e debatida. Também gostaria de agradecer a Adriana Vianna - com quem dividi as discussões do curso Antropologia e Ética no PPGAS/Museu Nacional-UFRJ no primeiro semestre de 2019 - pela oportunidade de circular o texto em um dos encontros e também pela leitura do material. Também agradeço a generosidade com que os participantes deste curso: Bárbara Dias, Everton Rangel, Iréri Ceja, Laura Carvalho e Pê Moreira receberam o texto e as contribuições que fizeram a ele.

[2] As reflexões aqui apresentadas só puderam ser desenvolvidas porque a pesquisa que desenvolvo é fomentada por uma bolsa de estudos do *Programa Nacional de Pós-Doutorado* PNPD/*CAPES*. E-mail: adsgutterres@gmail.com.

Introdução

As reflexões que apresento aqui foram produzidas a partir da pesquisa que realizei durante o doutorado. Nesta, acompanhei os processos de configuração de formas de resistir diante da remoção e ameaça de remoção de moradias na favela da Providência e arredores, no Rio de Janeiro e, também, nas vilas da região do Morro Santa Tereza, em Porto Alegre, no período de preparação dos megaeventos nas duas cidades, entre 2010 e 2016. Foi acompanhando a dinâmica dessas formas junto aos grupos que se configuraram neste período - para avaliar, questionar e/ou se opor às obras de urbanização e mobilidade pensadas para esses locais, mas também escutando as histórias de vida redesenhadas pela iminência destas obras – que acabei acionando a noção de resiliência.

Resiliência tem sido articulada por mim, tanto para pensar as diferentes formas de se mover na "luta", relatadas pelas mulheres com quem convivi, quanto para compreender a dinâmica narrativa de construção de si motivada pelas ameaças de remoção, as quais resultaram em falas que acionavam persistência, superação, teimosia e sofrimento. Tal como observei, essa forma dinâmica de narrar acomodava êxitos, alegrias, risadas, bem como lágrimas derramadas pela lembrança dos diversos pedaços difíceis das histórias vividas em vilas e favelas, das "épocas brabas", ocorridas em diferentes períodos. As narrativas se emaranhavam, ainda, aos relatos sobre o crescimento dos filhos e sobre as mudanças na forma dos relacionamentos em relação ao tempo de moradia na vila ou favela. Histórias permeadas por uma sensação de desassossego[3] que oscilava em ciclos ao longo da vida narrada; seja em relação à espera indeterminada por uma consulta médica que nunca se concretiza; seja referente ao sentimento de que o sobrinho neto estava "escapando da mão"; seja sobre o risco de remoção a cada novo governo - sentimentos organizados, acionados e contados a partir da experiência da ameaça de remoção de moradia na vida das pessoas que habitavam os locais onde realizei pesquisa de campo.

Meu objetivo nesse artigo, portanto, é retrilhar o caminho de minhas motivações analíticas diante do que vi e escutei em campo nesse período, procurando argumentar sobre as razões que me levaram a pensar a noção da resiliência como uma dimensão especialmente reveladora das formas de resistir naqueles contextos. Buscarei revisitar o meu percurso de pesquisa, tanto recompondo os caminhos pelos quais as motivações são postas em diálogo, quanto por intermédio das críticas incisivas que a noção de resiliência

[3] Agradeço imensamente a Leticia Ferreira pelas sugestões e trocas vividas no decorrer do segundo semestre do ano de 2018 que me fizeram refletir sobre a expressão desassossego como uma categoria que poderia expressar o ritmo das vidas das mulheres em vilas e favelas.

vem acumulando ao longo dos últimos anos. Ora por ser considerado um conceito "viajante", já que acionado por diferentes campos de conhecimento, ora por ser valorado negativamente por colegas[4], especialmente aqueles que pesquisam ou são próximos aos movimentos sociais. Para uma parcela significativa de leitores e interlocutores acadêmicos com os quais venho trocando ideias e apresentando os resultados de minhas pesquisas ao longo dos anos, a expressão resiliência parece venenosa, suscita desprezo, raiva e outras vezes soa ofensiva. Assistindo a estas reações ao longo dos anos compreendi que elas não eram menores, dado que tanto eu quanto as interlocutoras da pesquisa que realizei também circulam ou se relacionaram em algum momento de suas vidas com o campo dos movimentos sociais.

Seguindo a trilha de Michel Foucault (2006, p. 276), busquei perseguir os "jogos de verdade" que definem os sujeitos que estão na "luta" e, observando essas reações, percebi que resiliência era compreendida como uma capacidade de suportar altas pressões passivamente e supostamente sem reagir; acomodar-se. Outras vezes evidenciava mais os efeitos da dominação do que as relações de poder, já que ser resiliente representava estar sendo manipulado pelo "mundo capitalista" que usava e oprimia os sujeitos, em especial os pobres, que viviam as adversidades sem se dar conta do poder de ação englobante da "hegemonia da ideologia neoliberal" (HARVEY, 2018) sobre sua subjetividade. Essas compreensões sobre resiliência, que viam na expressão uma conotação pejorativa, buscavam se opor radicalmente a um outro conjunto de trabalhos e pesquisas que enxergavam atributos positivos na expressão. Estes últimos, geralmente representados pelos estudos que nutriam as políticas públicas acionadas por agendas urbanas produtoras dos parâmetros de sustentabilidade. Agendas que elaboravam os níveis de adaptação e gestão do risco diante de desastres naturais; propostas que apareciam combinadas com programas de diminuição da pobreza e avaliação de "coesão e inclusão social" nas cidades tais como os promovidos pela ONU[5]; organização que vê na resiliência algo positivo no

[4] Venho recebendo ao longo dos últimos anos, em debates e apresentações do meu trabalho e de colegas ao qual respeito, diversas reações negativas ao uso desta noção. Esse texto também é uma tentativa de recuperar algumas dessas críticas que se tornaram contribuições muito valiosas e que possibilitaram que eu reelaborasse a exposição de minhas escolhas.

[5] Agradeço aqui as sugestões dadas por Iréri Ceja Cárdenas, que em sua leitura do texto destacou a relevância do termo para os encontros e diretrizes da ONU, lembrando de uma passagem de David Harvey por Quito no III ONU Habitat, na qual o geógrafo teria se negado a palestrar no local do evento porque os espaços de convivência e debate estavam decorados com os termos "sustentabilidade", "resiliência", "participação", "inclusão social" conceitos que estruturam a "Nova Agenda Urbana" debatida nesta reunião e repudiada pelos integrantes do *Foro Social Resistencia Habitat III* - encontro realizado em paralelo ao evento da ONU cujo relatório está disponível em: https://www.habitants.org/news/library/r-existencias_el_punto_de_inflexion_de_quito._nueva_agenda_de_lxs_habitantes_vs_nueva_agenda_urbana. A versão em português da Nova Agenda Urbana elaborada no III ONU Habitat em Quito está disponível em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf, acesso em 13 Maio 2019.

mundo contemporâneo: uma capacidade e uma prática a ser desenvolvida pelas cidades e sujeitos. Destacando a dimensão reflexiva dos sujeitos, enquanto atributo a ser apreendido, mas levando em conta, também, a capacidade de gestão de recursos nos processos de recuperação de cidades diante de desastres naturais ou tragédias urbanas, os estudos e abordagens produzidas pela ONU e aqueles viabilizados por iniciativas como a do *Global Resilience Partnership*[6], portanto, compreendem positivamente tanto a dimensão de agência coletiva que culmina na resiliência quanto a capacidade individual do resiliente frente às adversidades.

Para as reflexões contidas neste artigo, não irei adentrar nos casos de positivação da resiliência - ou que remetam a face "heroica" do conceito tal como ressaltado recentemente em *Resilience. Moving from a "heroic" notion to a sociological concept* (2017), escrito pelos sociólogos Pedro Estevão, Alexandre Calado e Luís Capucha. Embora seja importante destacar que essas são abordagens bem presentes e relevantes no campo das políticas públicas, da geografia humana, da psicologia; neste texto priorizo as reações negativas ao que a expressão resiliência tem representado e acionado. Reações, cabe dizer, em grande parte reativas ao heroísmo que é atribuído ao resiliente e que neste artigo estarão subsumidas à palavra "críticas". O objetivo é que ao final do presente texto eu tenha conseguido expor os motivos que me levaram a ver na resiliência aspectos importantes para uma reflexão sobre a multiplicidade das formas de resistir, principalmente quando pensadas a partir de uma experiência entrecruzada: pelos mecanismos governamentais que produzem temporalidades nas vidas vividas em vilas e favelas e pelo trabalho de tessitura do tempo feito pelas mulheres com quem convivi, nas histórias que me contaram.

Viajando por noções

Tal como fez Sarah Bracke no texto *Boucing Back: vulnerability and resistance in times of resilience,* busquei no dicionário *Houssais* da língua portuguesa a definição da palavra

[6] Fruto desta economia, destaco aqui o *Global Resilience Partnership* que reúne organizações públicas e privadas na promoção de resiliência, sustentabilidade e futuro próspero "*for vulnerable people and places*". Segundo o site da parceria seu desafio seria o de "aumentar o investimento em resiliência a fim de desenvolver políticas, práticas e inovações". Os parceiros listados evidenciam um quadro bem específico de países, interesses e "problemas" entorno dos recursos humanos e naturais em escala global: *United Nations Development Programme (UNDP); Stockholm Resilience Centre - Stockholm University and the Beijer Institute of Ecological Economics at the Royal Swedish Academy of Sciences; U.S. Agency for International Development (USAID); International Centre for Climate Change and Development (ICCCAD); The International Development Research Centre (IDRC); Intergovernmental Authority on Drought and Development (IGADD); Cooperative for American Remittances to Europe (CARE); Huairou Commission – women, homes, community; Comité permanent Inter-Etats de Lutte contre la Sécheresse dans le Sahel (CILSS); Alliance for Water Stewardship; Mercy Corps; KPMG; Atma Connect; AXA group; Climate and Development Knowledge Network* entre outros.

"resiliência", que se mostrou um pouco mais sintética que a versão inglesa[7]: a capacidade de voltar à forma original depois de ser submetido a uma deformação elástica; capacidade de se recobrar rapidamente, ou se adaptar a má sorte ou mudanças; elasticidade. Sem buscar esgotar as definições – e nem realizar uma cronologia da noção e seu translado entre diferentes campos de conhecimento – gostaria, no entanto, de apontar que a perspectiva da resiliência foi cunhada primeiramente no campo da física enquanto uma característica de alguns materiais que deformavam após serem submetidos a fontes de calor; mas que, no entanto, eram capazes de voltar a sua forma original quando afastados dela. Como lembram Estevão, Calado e Capucha (2017, p. 11), entretanto, foi no campo da psicologia que "a capacidade de se recuperar de um choque, especialmente extremo ou traumático", ganhou seus primeiros contornos e, possivelmente, foi também nessa primeira viagem que a noção de resiliência passou a ser valorada positivamente, retendo – para si e para aquele que desenvolvesse tal capacidade – um aspecto heroico[8].

É, todavia, no campo da ecologia, entre os anos 60 e 70, a partir de estudos de populações e como uma resposta funcional à teoria da estabilidade ecológica (FOLKE, 2006, p. 254), que resiliência surge como uma metáfora relacionada à sustentabilidade do ecossistema (CARPENTER et al., 2001). Foi o ecologista Crawford Stanley Holling (1973), em seu trabalho sobre resiliência e estabilidade em sistemas ecológicos, o primeiro a dar destaque à relevância dos eventos aleatórios (como a perturbação) e à heterogeneidade de escalas temporais e espaciais na permanência dos sistemas, alertando para existência de múltiplos domínios de estabilidade em detrimento de uma versão unitária pensada até aquele momento. Ele teria sido responsável, portanto, por introduzir no campo das pesquisas científicas sobre ecossistemas a noção de resiliência como uma capacidade de insistir diante da mudança; um processo que determinaria a persistência de relacionamentos dentro de um sistema; e uma medida da capacidade desses sistemas em absorver mudanças e ainda assim persistir.

Conforme afirma O'Neill (1999, p.1), outro dos pesquisadores da resiliência nos ecossistemas, "a teoria atual do ecossistema tem uma representação enganosamente simples da recuperação". Avaliando a interação dinâmica "entre uma mudança abrupta e as fontes

---

[7] Ela usa em seu texto a definição *do Oxford English Dictionary* onde a definição de resiliência seria, em tradução: rebote; recuo; capacidade de retornar à posição original; tendência de se recuperar rápida ou facilmente do infortúnio, choque, doença ou algo parecido; flutuante, irreprimível; adaptável, robusto, resistente.

[8] Conforme destacado pelos autores, foi a partir da década de 1950 que a psicologia se voltou para o conceito da resiliência como uma estrutura para estudar as experiências dos sobreviventes aos campos de concentração nazista, tendo como base os traumas e efeitos do processo de estabelecimento do regime nazista naqueles que sobreviveram ao período.

de resiliência, fica óbvio que a resiliência de sistemas adaptativos complexos não é simplesmente a resistência à mudança e à conservação de estruturas existentes." (O'NEILL, 1999, p. 1). A realidade do estado multiestável, portanto, teria aberto um foco totalmente diferente para pensar os limites da noção de equilíbrio. Sua alta variabilidade foi compreendida nesse caminho como um atributo para manutenção da aprendizagem e da existência. Para tais pesquisadores, especialmente Holling, a medida útil de resiliência seria a quantidade de perturbação que um sistema pode passar antes de seus controles mudarem para outro conjunto de variáveis e relações que dominam outra região de estabilidade. E tal como afirmado por O'Neill, seria na escala cruzada entre mudança abrupta e fontes de resiliência que os sistemas se auto-organizariam. Conforme sua explicação, a capacidade de resiliência também não é apenas tornar-se persistente às perturbações, e sim sobre as oportunidades que a perturbação abre em termos de recombinação de estruturas e processos, renovação do sistema e surgimento de novas trajetórias. São, portanto, processos adaptativos que se relacionam com a capacidade de tolerar e lidar com a mudança e que emergem da auto-organização do sistema. Foram compreensões como estas, cujo destaque estava em pensar as perturbações como elementos essenciais à permanência dos sistemas, que permitiram à noção de resiliência sua incorporação ao campo das ciências humanas como uma capacidade de persistir diante da mudança. Ou seja, de absorver perturbações e ainda permanecer existindo.

Em um levantamento bibliográfico preliminar pude encontrar uma grande variedade de estudos sobre a resiliência no campo da ecologia, mas também pesquisas que trabalharam a resiliência a partir da diversidade de respostas em sistemas sócio ecológicos (LESLIE e McCABE, 2013). A partir dos anos 90, estas análises são transladadas efetivamente para as áreas das ciências humanas e aplicadas e as abordagens sobre o assunto se expandem. Os estudos de Seery, Holman e Silver (2010, p. 1028), por exemplo, tentam estabelecer subsídios para pensarmos em uma adversidade cumulativa da vida e no papel da resiliência para aqueles que condensam diferencialmente essas adversidades ao longo da vida: adversidades recentes, cotidianas, relacionadas à saúde mental e ao bem-estar.

Na psicologia, tradicionalmente há muitos estudos que apontam para a resiliência como a capacidade dos sujeitos em maximizar oportunidades, de enfrentar desafios e adversidades e de autorreflexão tal como destaca Rutter (2012) ao descrever resiliência como um conceito dinâmico. Em uma reflexão sobre resiliência e saúde mental, Davydov, Stewart, Ritchie, Chaudieu (2010, p. 491) a tomam como um instrumento de defesa que

poderia ser utilizado como tratamento e profilaxia em casos de saúde mental. Conforme destacado pelos autores, os mecanismos de resiliência não devem ser restritos ao nível individual, mas considerados como resultado de uma variedade de fatores e interações. Já o trabalho de Pulvirenti e Mason (2011, p. 39 e 48) alerta para os perigos de correlacionar a resiliência a alguns adjetivos como força, capacidade de superação, garra, tolerância para dor, principalmente no caso de mulheres, grupos étnicos e vulneráveis. Pesquisando a relevância do conceito de resiliência em contexto de experiências de violência, durante o reassentamento e entre mulheres refugiadas, as autoras são enfáticas em dizer que se trata de um processo (construído por intermédio de apoio dentro e fora das comunidades de refúgio) não um traço individual dessas mulheres.

No artigo *Everyday resilience: Narratives of single refugee women with children,* Caroline Lenette, Mark Brough e Leonie Cox (2012, p. 650) também enfatizam que, em contextos de refúgio, ser resiliente é geralmente evidenciado através de um arco que vai desde o adjetivo "superação" – da pobreza, educação limitada, trauma, barreiras linguísticas – até a conversão em um sujeito "bem-sucedido" ou "bom cidadão". São pesquisas, no entanto, que também mostram como as mulheres estavam envolvidas em processos de resiliência à medida que navegavam em situações desafiadoras no dia a dia, num cotidiano que revelava "dimensões texturizadas" bem específicas em relação a serem mulheres solteiras, refugiadas e com filhos. As noções das mulheres sobre si e sobre o seu cotidiano não eram constituídas por objetivos excepcionais ou extraordinários definidos por pessoas de fora, eram aspectos significativos incorporados na realização mundana das tarefas cotidianas. Embora o trauma certamente constitua um aspecto significativo para elas, as descrições distintas de construções de resiliência destas mulheres presentes na pesquisa de Lenette, Brough e Cox são informativas sobre a saúde mental e emocional dos refugiados.

Como destacado no princípio do artigo, portanto, há um senso comum de que resiliência está relacionada com alguma qualidade/capacidade emocional e individual do sujeito. Grande parte dos estudos que versam sobre o conceito enfatizam que não estão totalmente de acordo com esta premissa e investem suas reflexões em explicar-nos a variabilidade do conceito para cada caso. Por outro lado, a capacidade de resiliência enquanto qualidade individual é uma abordagem comum em livros de autoajuda e de motivação empresarial, que vem utilizando o termo para caracterizar "sujeitos de sucesso", focando na construção de um sujeito moral resiliente que se adapta de maneira muito conveniente à dinâmica capitalista e neoliberal, tal como ressaltaram MacKinnon e

Derickson (2012) e Sarah Bracke (2016), que no campo das ciências sociais trazem fortes e importantes críticas à noção e as políticas de resiliência.

Viajando por críticas

Um dos pontos da crítica que Sarah Bracke irá fazer à noção da resiliência é que as características a ela denotadas "viajam através de diferentes campos temáticos e contextos, gerando várias mudanças no significado da palavra", ao longo das décadas e em diferentes campos de pesquisa (2016, p. 54). Para autora, algumas dessas mudanças semânticas são efeitos do seu uso em diferentes contextos, e tal como ela aponta, não devem ser ignorados. Para Bracke, tais transposições "exigem uma quantidade razoável de trabalho conceitual" e que, em sua avaliação, estão em grande parte ausentes no caso do conceito "viajante" de resiliência (2016, p. 55). Outro dos argumentos da crítica e que parece mobilizar sua reflexão sobre as razões pela qual "resiliência" ganhou tanto alcance e importância na contemporaneidade – e da qual sou empática - é sua grande maleabilidade. Segundo ela, essa característica fez com que "resiliência" fosse facilmente capturada pela economia política neoliberal, funcionando como um "código moral" dos "bons sujeitos" e das boas práticas para os tempos neoliberais (BRACKE, 2016, p. 62). Esse código moral estaria produzindo pessoas capazes de sobreviver a qualquer situação, superar inseguridades e adversidades no trabalho, uma vez que cria uma tabulação ideal do cidadão neoliberal, treinado para adaptar-se a todas as diversas crises que a dinâmica capitalista carrega em si mesma.

Tanto para Sarah Bracke quanto para O´Hare e White (2013) e Mark Neocleous (2011) - outro crítico da noção e recuperado pela autora - a ideia da resiliência está no cerne de uma nova tecnologia do *self*, produtora de um sujeito resiliente que corrobora para eficácia deste sistema. Parece que para Bracke, a emergência da resiliência como termo teve uma ascensão espetacular justo da década de 80, momento reconhecido pelas mudanças na economia política e onde, para autora, teria se estabelecido uma hegemonia cultural do neoliberalismo (2016, p. 53). Momento no qual o uso de resiliência passa a ser visto como um atributo individual e moral, e o resiliente, como aquele que, mesmo submetido a privações, dores, insultos e precariedades, parece não reagir, não se opor, não resistir.

Em uma linha argumentativa bem similar, Danny MacKinnon e Kate Driscoll Derickson (2012) vão basear sua crítica à ideia de resiliência em três pontos. O primeiro é que o conceito de resiliência, derivado da ecologia e da teoria de sistemas, é conservador quando aplicado à esfera social. Para os autores essa "ecologia apolítica" não privilegiaria

apenas as estruturas sociais estabelecidas, que seriam moldadas por relações de poder e "impactos sociais desiguais em escalas espaciais muito diferentes" (HARVEY, 2018, p. 509), mas também limitaria possibilidades de uma mudança social progressiva que requer a transformação destas estruturas. No segundo ponto, os autores ressaltam que a resiliência é definida externamente por agências estatais e conhecimento especializado em áreas como: segurança, planejamento de emergência, desenvolvimento econômico e desenho urbano. Aproximando-se da crítica feita por Bracke, os pesquisadores destacam que tais estratégias "top-down" geralmente colocam o ônus sobre os indivíduos, comunidades e lugares para que estes se tornem mais resilientes e adaptáveis a uma gama de ameaças externas servindo, portanto, para reproduzir a desigualdade das "estruturas sociais estabelecidas". No terceiro, os autores afirmam que a preocupação com a resiliência de lugares é mal concebida em termos de escala espacial – se referindo aos estudos e iniciativas público-privadas em torno da resiliência nas e das cidades, que foram destruídas ou tragicamente transformadas por "desastres naturais"[9]. Pensando na noção de resiliência no âmbito da geografia humana, eles parecem apostar, assim como Bracke, em uma certa infalibilidade do sujeito resiliente para tecerem suas críticas ao conceito.

Ainda em diálogo com o texto de Sarah Bracke, destaco outro dos argumentos que ela utiliza para refletir sobre os usos (e talvez abusos, embora ela não use essa expressão) das noções de "resiliência" no mundo contemporâneo. Recuperando as proposições de Raymond Willians, para quem palavras-chave são "palavras socialmente proeminentes, capazes de ter significados contemporâneos interligados, mas às vezes contraditórios e comumente contestados", ela vai explorar o significado de "resiliência" enquanto "palavra-chave" (BRACKE, 2016, p. 54). Para essa tarefa a autora remete às origens do termo na ciência física do século XIX - onde a resiliência pode ser entendida como elasticidade, ou a capacidade de absorver energia. Em conexão com a formulação de Folke, tal como fizemos no início deste texto, a autora retoma a noção de "se recuperar em situações de crise". Para ela a palavra "resiliência" acomodaria em seu significado, o sentido do "voltar mais forte do que antes", ressoando um sentimento de adaptação ao "shock-

[9] Há uma vasta literatura sobre a noção *resilient cities* e *urban resilience*. Sugiro a leitura do artigo de Sara Meerow e Joshua P. Newell (2016) que apresenta de forma esquemática a emergência da resiliência no campo da geografia e planejamento urbano principalmente em relação as expressões: sustentabilidade, adaptação e vulnerabilidade. Sobre este debate também recomendo o site do programa *100 Resilient Cities* criado pela *Rockefeller Foundation,* em 2013: https://www.100resilientcities.org/cities/; e do site do encontro *Resilient Cities – The Annual Global Forum on Urban Resilience and Adaptation* que ocorre desde 2010 na cidade de Bonn na Alemanha e em parceria com o *ICLEI – Local Governments for Sustainability e* World Mayors Council on Climate Change. Disponível em: https://resilientcities2019.iclei.org/about/; acesso ABR 2019.

shaped world" onde o sujeito resiliente deve ser capaz de não só reagir a esse mundo que molda as pessoas pela pancada, mas também lucrar "com o que quer que a vida jogue nele".

É fundamental situar que o principal universo da crítica de Bracke à resiliência é o contexto norte-americano, especialmente a sequência de episódios que se desdobraram após o ocorrido no dia 11 de setembro de 2001. Este evento-crítico, tal como destaca a autora, modula a cultura, a economia e a política no país, atuando diretamente na subjetividade dos norte-americanos. Diante deste acontecimento, os norte-americanos teriam reelaborado seu sentimento de defesa, onde orgulho e guerra – já muito arraigados à formação de seu estado-nação – foram acionados para lidar com as sensações de derrota, desonra e vulnerabilidades despertadas pelo ocorrido em Nova York. Para Bracke, nesta conjuntura do "11 de setembro", a resiliência foi eleita como a resposta mais apropriada para uma retomada da ordem, que exigia uma recuperação rápida da população a fim de que pudessem voltar prontamente "aos negócios e ao mercado". A capacidade de resilir foi, portanto nesse período, vinculada aos discursos de fortalecimento do estado-nação frente ao terror e ao inimigo externo, que apoiavam o fechamento ou maior controle das fronteiras do país. A autora ressalta que a resiliência enquanto palavra-chave teria absorvido nesta época o sentimento de reação norte-americano, pois parecia convocar a população a "voltar ao zero", absorvendo o impacto do evento com a finalidade de retornar para um ponto anterior ao impacto, suprimindo qualquer marca ou traço dele. Uma reação moral, cujo intuito era o de acomodar o sofrimento e o medo vividos por essa população após o evento e produzir uma cuidadosa invisibilização do dano. Corroborando, desta forma, com o projeto do individualismo norte-americano, já que "ser resiliente" sugeria que a população pudesse recuperar em si, o orgulho, a honra e o nacionalismo como motores da capacidade de "voltar à forma original" da soberania, eliminando a ruína e silenciando a dor. A figura contemporânea da resiliência nos termos de Bracke seria, portanto, potencialmente uma figura deste mundo, ameaçado pelo terrorismo e por outros desastres iminentes e cujo anseio por segurança se alinha, em grande medida, com as nossas políticas de segurança locais, já que elas são altamente influenciadas pelos EUA. Para Bracke, esta figura ideal da resiliência está implicada no apagamento da perda, que, por sua vez, seria uma condição central para a vulnerabilidade nos termos de Judith Butler (2009; 2017; 2018).

Em minha interpretação das reflexões da autora neste artigo, entendo que ela está fazendo uma análise bem particular da resiliência e que deriva, sobretudo, do universo de

valores norte-americanos. Buscando enfatizar que haveria uma subtração do efeito da mudança no processo de produção da resiliência.

Na próxima secção também buscaremos fazer uma análise particular da resiliência, todavia, apostando naquilo que a apreensão das adversidades - tal como fala O'Neill - imprime na vida. Estaremos, portanto, olhando menos para o efeito de fazer desaparecer algo que não se quer lembrar, interpretação da resiliência tal como destacado por Bracke; do que para o processo de "transformar alguma coisa em outra", percurso onde se tecem formas particulares de lembrança e diferentes arranjos capazes de acomodar, em estabilidades efêmeras, o desassossego motivador da mudança.

Transformando alguma coisa em outra

Na estratégia do "bouncing back" evidenciado por Bracke e a partir do movimento de recuperação iniciado após o 11 de setembro, é possível reconhecer práticas imperialistas e coloniais que se empenharam ao longo do último século em apagar vestígios, silenciar manifestações, impondo condutas, códigos e purezas. É uma perspectiva que me remeteu ao poder colonial de imposição do silêncio apontado por Achille Mbembe (2017, p. 188) quando ressalta que a colônia é um lugar onde não é permitido ao colonizado falar de si, onde haveria um confinamento do colonizado em uma figura de si, mesmo sendo esta sempre produzida pelo poder colonial.

A opção de Bracke, em olhar mais para a absorção como desaparecimento e reação, do que para os efeitos da acomodação dos distúrbios ao longo dos anos, faz com que ela descarte a mudança enquanto processo. Ou seja, a autora vê a mudança como uma capacidade de eliminar resíduos e não como uma trajetória de produção dos mesmos. Essa escolha acaba, em minha análise, sombreando outros três aspectos que gostaria de chamar atenção: a violência da deformação imposta pela mudança; a teimosia; e a memória, tal como sugere Mbembe, como uma construção que emerge "antes de tudo por imagens psíquicas entrelaçadas" (2017, p. 180).

Em nossa perspectiva, portanto, a transformação enquanto processo seria um ponto crucial para a ideia de permanência, para uma acomodação das perturbações enquanto construto de estabilidades efêmeras e possíveis em momentos de desassossego, nos quais a perspectiva da resiliência emerge em sua potência. Nunca foi minha intenção, ao aderir a esta noção em meu processo de investigação, reificar todas as noções que o uso de resiliência carrega enquanto "palavra-chave". Portanto, discordo da autora quando ela afirma que o uso de resiliência minimiza a transformação provocada pela mudança e o

efeito das rupturas principalmente em sua capacidade processual de elaboração da dor. Não entendo o "voltar à forma original" depois de ser submetido à deformação como uma possibilidade real para nenhum ecossistema ou sujeito[10].

Como já mencionado em outro momento (GUTTERRES, 2014) minha aproximação à noção de resiliência, se deu através de pesquisas realizadas com sobreviventes das lutas no campo, principalmente, aquelas ocorridas durante o regime militar. Foi através da coleção *Camponeses e o Regime Militar,* principalmente através do livro autobiográfico de Francisco Blaudes Souza Barros chamado *Japuara – um relato nas entranhas do conflito (2013)*, que me aproximei desta noção. Logo na introdução ao texto escrito por Blaudes, as editoras Djane Della Torre e Marta Cioccari acionam a noção de resiliência para destacar a relevância do compartilhamento das histórias, onde se recriam sentidos em meio a lembranças de fatos que nunca antes tinham sido narrados (2013, p.14). Em uma reflexão que reúne as ideias de Walter Benjamin, Michel Pollak e Boris Cyrulnik, as editoras ressaltam como as "zonas de sombra" e os silêncios estão em perpétuo deslocamento, e onde o "não-dito", tal como evidenciado por Michel Pollak (1989, p. 8), ocupa uma função importante nas narrativas de memória. Para elas, autores como Cyrulnik (2009) "consideram que a reconstrução biográfica pode contribuir com o processo de *resiliência* de uma pessoa", uma vez que narrar o passado pode representar em algumas situações "uma reconciliação com a própria história".

Foi embalada por essas análises, à medida que elas reverberaram minhas escutas e vivências em campo, que me aproximei da noção de resiliência, a compreendendo enquanto um processo de reconhecimento e organização de si no tempo a partir de histórias compartilhadas. Para Cyrulnik[11], o relato seria "um projeto de libertação", já que "o modo narrar a própria história participa da estruturação dos sentimentos que cada um experimenta acerca do vivido" (CYRULNIK, 2009, apud CIOCCARI e DELLA TORRE, 2013). A resiliência, tal como Cyrulnik propõe, está, portanto, duplamente orientada: aparece vinculada a existência de uma ruptura, um trauma ou uma tragédia – como já ressaltamos –, mas também a uma sobrelevação dos resilientes diante de tais sofrimentos. De acordo com Nicolas Marquis (2019) em sua reflexão sobre a abrangência da expressão

---

[10] Foi muito inspirador conhecer o trabalho desenvolvido por Giselda Durigan (2018) e também as pesquisas de manejo coordenadas pela autora (2013) no Cerrado Brasileiro, considerado de alta resiliência, especialmente quando abordam as diferentes consequências da pecuária e agricultura em larga escala neste ecossistema.

[11] Diretor de estudos do curso universitário em Etologia Humana na Universidade de Toulon, para o autor, resiliência também é entendida como a possibilidade de "renascer a partir de seu sofrimento". Assim como Cyrulnik, Kurt Lewin, Viktor Frankl e Bruno Bettelheim no campo da psicologia, (Cosentino e Massimi, 2012) tiveram suas ideias e pesquisas marcadas pelas experiências do holocausto e fazem parte de uma geração de autores que produziram conceitos e teorias atravessadas por elas.

tal como utilizada por Cyrulnik, a ênfase do autor em uma reação mais prestigiosa diante dos percalços da vida poderia mascarar outras ocasiões onde o sujeito supostamente não foi capaz de encontrar um caminho para superar obstáculos, ou quando se opôs fortemente a eles. Compreendendo a resiliência enquanto um "jogo de linguagem", Marquis enfatiza que algumas vezes seu uso sugere a existência de um ser afetado corretamente pelo mundo, já que exigiria que o sujeito transformasse necessariamente a paixão em ação.

Foi, todavia, lendo os relatos trazidos por Cyrulnik em seu livro *Autobiografia de um Espantalho* (2009) que comecei a observar o efeito da mudança entre as pessoas com quem interagi durante minha pesquisa de doutorado, e onde interpretei a capacidade de "resiliência" tanto como um processo, um percurso, um recurso psíquico (CYRULNIK, 2009, p. 34) para elaboração de certas rupturas e adversidades, quanto como uma possibilidade de reelaboração de si a partir da narrativa, tendo como objetivo um efeito de acomodação de estabilidades efêmeras. Em minha leitura dos escritos do autor, compreendi que resiliência é menos um projeto que subtrai o sofrimento da história de vida do que um processo contínuo de remarcar os sofrimentos, as provações e as dificuldades para então descrever ou enfatizar, em um exercício autobiográfico, como é possível em um mundo de precariedade violenta ir "vencendo as adversidades da vida"[12]. Como já ressaltado, o tempo e a perspectiva processual da resiliência, portanto, foram determinantes para minha aproximação da expressão e foi animada pelas possibilidades analíticas desta palavra maldita[13] que a abordei em meu trabalho.

Na forma como reflito sobre resiliência em meu trabalho a entendo, portanto, como um processo de produção de memória, de construção de espaços de fala. Um recurso para modulação do terror e de reação às diferentes modalidades de perturbação produzidas pelo município à vida das pessoas, no período em que estive em campo. Aposto também na ideia da teimosia - que entendo como subsumida à noção de resiliência - em um refazer-se coletivo com e durante a crise. A teimosia apareceu muito frequentemente em campo a partir da noção de "luta" e de "caminhada" enquanto

[12] Retomo aqui o título da autobiografia de Deize Carvalho (2014) porque é uma expressão que é convergente as reflexões que ouvi de mulheres negras pobres moradoras de favela ao longo desses anos de pesquisa. Para a autora "guerreira nascida e criada no morro do Cantagalo, Rio de Janeiro" a morte do filho – torturado e assassinado por agentes do DEGASE-RJ – a transformou em "ativista social". O livro narra sua trajetória antes e após o assassinato do filho, reunindo lembranças e sofrimentos em um exercício de escrever para curar (p. 80) e onde "a luta é uma construção da vida".

[13] Agradeço mais uma vez a interlocução com Adriana Vianna que em comunicação pessoal sugeriu o uso de "palavra maldita" para nominar resiliência. A ideia de que existiriam *palavras malditas* surgiu em um debate sobre a obra *Envolvimento e Alienação* de Norbert Elias (1998). Seriam palavras ambíguas, polêmicas e desgastadas no campo das ciências sociais, mas que quando pensadas na "escala variável de um equilíbrio-relacionamento entre envolvimento e alienação" (p. 153) costumam render boas análises.

processos de produção de cotidiano. Apareceu após uma derrota, uma ameaça, uma "época braba", também quando elas voltavam "mais enfezadas", recuperando a luta dentro de si[14]; mas também apareceu como resposta ao comum, diante da precariedade cotidiana e de minha pergunta, "e então, como estão às coisas, como você se sente hoje? ", para a qual elas reagiam "estamos aí, na mesma", "estamos aí, na luta".

Apostando na *resiliência* como capacidade do indivíduo em sobreviver a um trauma, de resistir às adversidades, de manter ou mesmo de resgatar a sua própria integridade, estamos entendendo os espaços das reuniões da rede que se formou no período das remoções, mas também nos espaços de interlocução construído nas conversas e convivências realizadas durante a etnografia, como espaços para contar.

De acordo com Scott (1990), antes das falas, gestos e práticas se tornem públicas, há a elaboração de um "discurso oculto" que é "criado e repassado", formando "um espaço social dissidente e escondido", que está às sombras do "discurso oficial" (Brito 2018, p. 30). Nesta zona de sombra, nessa cozinha das falas públicas, ou das práticas e táticas de resistência públicas, é que as formas de resistir são "germinadas e as narrativas de humilhação e indignação são socializadas". Eu venho buscando entender, portanto, essa cozinha da resistência ou das falas públicas como processo de resiliência.

Refletindo sobre as formas de resistir e suas flutuações ao longo dos anos, chama atenção o quanto a ideia de "resistência", assim como a de resiliência, carregam em si esse paradigma da virtude, do se fazer guerreira, lutadora. Sempre me incomodou a retidão da palavra resistência diante do cansaço e do desassossego das pessoas que interagi naqueles anos que estive em campo, em meio a rumores, inverdades e técnicas de promoção do terror, que remexeram com a vida e deram um novo corpo de lembranças aos passados longínquos ou recentes vividos pelas mulheres com quem conversei e que habitavam as casas ameaçadas de remoção. As atitudes esperadas daquele que vive as adversidades da vida –presentes tanto na noção de resistência como na de resiliência – são baseadas no sucesso, na virtude, e deixam muito pouco espaço para a ambiguidade, para a dúvida, para o fracasso e a fadiga.

---

[14] O trabalho de Brito descreve o histórico de lutas em Cachoeiras de Macacu, com ênfase nas ocupações em São José da Boa Morte. Partindo de um diálogo com Moacir Palmeira, E. P. Thompson e James Scott, o autor ressalta a existência de uma "resistência teimosa e cotidiana" para narrar o processo de ocupação de terra nessa região em 1961, 1963 e 1979, ocupação que culmina nas prisões de 1980 e na desapropriação da terra em 1981. Conforme destacado pelo autor, os trabalhadores rurais descreviam a motivação diante do processo de despejo-retorno para a mesma terra a partir da expressão "aí que nós voltamos mais enfezados ainda" (2018, p. 173). A ideia de "resistências teimosas" (p. 205) que recupero das reflexões de Ricardo Brito me parece dialogar intensamente com a noção de resiliência tal como pensei em minha pesquisa.

Minha opção ao utilizar a expressão resiliência ao invés de resistência foi motivada pela diversidade das formas de resistir elaboradas pelas mulheres com quem conversei. Mulheres que assumiram diversos papéis durante o período de luta, foram para frente das assembleias criticar os governantes, discursaram em carros de som em atos públicos, pararam o trânsito, participaram de filmes que documentaram o período. Mas que também buscaram espaços para confidenciar que estavam fartas de tantas reuniões, que não viam mais sentido em sair de casa, ou que só queriam ter o direito de estar em casa sossegadas. Entre estas e outras táticas elaboradas por elas para resistir, o que venho chamando de processo de resiliência está vinculado a estes espaços para desabafar, e onde foram elaboradas as narrativas de si em meio a um mundo que se apresenta adverso desde o início.

Aproximando-nos do final do texto, eu gostaria ainda de me deter rapidamente no subtexto que sustenta tanto resistência como resiliência, e que a meu ver está na origem das formas de resistir. Viemos trabalhando em diálogo com as ideias de Foucault para quem as relações de poder não são dadas de uma vez por todas (2006, p. 276), ou seja, são móveis, reversíveis e instáveis, e que são relações que só são possíveis porque há nos sujeitos "pelo menos certa forma de liberdade"[15]. É porque são livres que os sujeitos sempre poderão criar possibilidades de resistência, mesmo diante daquilo que Foucault denomina como "estados de dominação". Isto é, – casos em que "as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dessimétricas" e onde a margem de liberdade é extremamente limitada. Nestes estados de dominação (2006, p. 277) – econômica, social, institucional ou sexual – são elaboradas uma série de "astúcias que jamais chegam a inverter a situação vivida", nos convidando nestes casos a olharmos para onde e de que forma se edificará a resistência. Inspirada pelas reflexões do autor, venho pensando tanto na resistência a partir de seu plural "resistências", quanto na resiliência como um processo de reelaboração de uma porção de astúcias elaboradas no seio de uma vida precarizada.

Tal como vem propondo Judith Butler ao longo de sua obra mais recente (2009; 2017; 2018), a ampliação das reivindicações sociais e políticas sobre os direitos teria que se apoiar em uma "nova ontologia corporal" que nos mova a repensar "a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência" (2017, p. 15). Seguindo os caminhos propostos pela autora, entender a dessimetria do mundo social partir da noção de precariedade é pensar a partir de duas acepções que se desdobram dessa noção. Para desenvolver tais

[15] Infelizmente não desdobraremos este debate, mas é imprescindível destacar a importante crítica feita por Mbembe (2018) ao papel secundário da escravidão no trabalho de Foucault tal como desenvolvido na ideia de Necropolítica.

diferenças Butler utiliza as variações da língua inglesa *precarity* e *precariousness* – traduzidas na versão em português de *Frames of War* como condição precária e precariedade. Propondo que pensemos a *precariousness* enquanto uma concepção ética do sujeito já que expõe "as dimensões frágeis e necessárias de nossa interdependência" (2018, p. 131). Butler nega que esteja reabilitando o humanismo, embora sua concepção de vulnerabilidade parta de um mesmo conjunto de premissas encontradas na noção de *precariousness.* Para a autora (2009) os grupos socialmente minorados – as pessoas não-brancas, as mulheres, pobres, a população lgbtq, aquelxs que vivem modos dissidentes de masculinidade e feminilidade – são as comunidades mais sujeitas à violência, porque estão expostas "de forma diferenciada às violações, à violência e à morte", estão mais expostas "a doença, pobreza, fome, deslocamento e violência sem nenhuma proteção". Isso porque para autora "cada um de 'nós' se constitui politicamente em virtude da vulnerabilidade social de nossos corpos, como lugar de desejo e de vulnerabilidade física, como lugar público de afirmação e de exposição". Dessa forma, a vulnerabilidade (assim como a perda) para Butler parece "ser a consequência de nossos corpos socialmente constituídos, ameaçados pela perda, expostos a outros e suscetíveis a violência por causa dessa exposição" (BUTLER, 2009, p. 46).

Pensando a precariedade como algo que nos perpassa nesta convivência compulsória (2018, p. 126), Butler busca tomar essa interdependência baseada na precariedade também como uma maneira de refletir sobre "como é difícil lutar por formas políticas e sociais comprometidas com a promoção de uma interdependência sustentável em termos igualitários" (2018, p. 132). A precariedade estaria na base de "uma ligação nevrálgica" que me faz ser afetado pelo sofrimento de Outros, que me faz abrir mão de laços comunitários mais estreitos em uma "reversibilidade da proximidade e da distância". Por outro lado, se a convivência é compulsória - já que não temos outro mundo - Butler também chama atenção para a inexequibilidade da dependência no nível da política. E é sobre o "esforço político para gerir populações" em meio a "uma distribuição tática de precariedade" que a autora irá falar em *precarity.*

Quando digo que as vidas de minhas interlocutoras é precarizada estou me referindo a essa *precarity* – condição precária – compulsória a qual a maioria dos moradores e moradoras de vilas, favelas e periferias são submetidas já que suas vidas estão fortemente condicionadas às normas dominantes que determinam que vidas serão passíveis de luto, e quais são dignas apenas de um luto marginal e episódico, porque já estão perdidas em parte, uma vez que merecem menos proteção e apoio (BUTLER, 2018, p. 131). Normas dominantes que determinam que casas sejam removidas, que famílias devem se deslocar

forçadamente ao longo dos anos, que grupos serão alvo de políticas de transformações urbanas cunhadas a partir da premissa de que com sua remoção a cidade ficará melhor para todos os habitantes. Quem se sacrifica em nome do progresso? Geralmente aquele e aquela cujas normas determinam que a vida vale menos; aqueles e aquelas que tem sua autonomia e biografia desrealizada quando são obrigados e obrigadas a sair da moradia que construíram durante anos sem nenhum tipo de reconhecimento – financeiro, social e moral - de que ali fizeram ou viveram sua vida, produzindo lembranças, laços, filiação.

Conclusão

Foi, portanto diante desta perspectiva de uma condição precária compulsória que venho buscando propor outras possibilidades e características que podem ser acionadas a partir da resiliência enquanto processo e que me parecem escapar da análise de Bracke; possivelmente porque eu esteja pensando em outro contexto, em meio a outras formulações sociais e, principalmente, a partir da premissa de que há muitas formas de resistir, seja ou não, a resiliência um dos caminhos possíveis.

Quando aposto na capacidade de se refazer, de se adaptar, de absorver o impacto, elaborar a angústia e o sofrimento, estou me referindo a um processo de construção de existência diante de uma *precarity* que é produzida e sustentada pelos governos em nome de uma razão do Estado que forja os locais em que pesquisei no ritmo de um desassossego constante. Como já enfatizei, a resiliência nesses contextos aparece como forma de modulação do terror e das diferentes modalidades de perturbação produzidas pelo município no período dessas ameaças de remoções, e que evocaram outras perturbações penetradas nos territórios ao longo dos anos – ocupações militares, operações policiais, confrontos, desigualdades acirradas, obras inacabadas e produção de escombros.

Se as formas de resistência em suas diferentes temporalidades e subjetividades estão sendo capturadas por lógicas de mercado e pela dinâmica capitalista e neoliberal nos últimos anos, todavia, outras capturas também vendo sendo feitas. Isso nos leva a estar atentos a como mobilizamos essas noções e como elas podem ser utilizadas na direção contrária daquelas que nossas pesquisas apontam. Como venho tentando dizer, inspirada nas reflexões de Maria Epele (2010, p. 272), a própria noção de vida, de saúde, de espaço público e de bem-estar vem nas últimas décadas sendo expropriadas da noção de sujeito.

A vida em particular - o que nos remete a discussões sobre a necropolítica a partir de uma noção de necrogovernança[16] - está ou sempre esteve em disputa, e venho

[16] A proposta reflexiva de uma *necrogovernança* se encontra difusa em diferentes pesquisas que se desdobram ou

observando sua produção diferencial, por exemplo, na dinâmica e lógica da revitalização dos espaços - um termo amplamente utilizado pelo mercado imobiliário e que captura a noção de vitalidade utilizando-a com o intuito de comercializar determinados espaços da cidade, excluindo seletivamente circulações, ocupações e vidas. Tais planos de urbanização e políticas de remoção e habitação têm, portanto, se construído por meio de um escrutínio que distingue entre as vidas quais são aceitáveis e aptas a viverem nos espaços revitalizados. Um escrutínio que em sua seleção aponta para um segundo espaço: um lugar outro, lá, longe, fora dos olhos e do centro exemplar onde a vida tem outro valor e funciona de outra maneira[17].

Foi por não considerar o trabalho que fiz apolítico, tal qual a noção de resiliência vem sendo pensada em algumas críticas, que acredito ter sido importante escrever este texto. De forma mais ampla, proponho que repensemos nossas classificações e formas de abordagem no campo das resistências recolocando-as como parte desse processo de disputa nos cenários de produção de sujeitos e territórios. Processos estes que podem criminalizar e estigmatizar, por um lado, mas, por outro, podem também condicionar determinados grupos a uma forma de resistir em que a luta é muito mais uma expectativa de oposição do que uma forma cotidiana de existência.

Referências bibliográficas

BARROS, Francisco Blaudes Sousa. **Japuara: um relato das entranhas do conflito** (Coleção Camponeses e o regime militar, V. 2). BARROS, Francisco Blaudes de Sousa Barros; CIOCCARI, Marta (Org.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

BRACKE, Sarah. Bouncing back: vulnerability and resistance in times of resilience. In: **Vulnerability in Resistance**. BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia

interagem com as discussões promovidas por Adriana Vianna nos últimos anos. Elaborada em diálogo com as obras de Foucault (1999, 2008), Butler (2009, 2017), Mbembe (2016), Souza Lima (2014), a noção perpassa trabalhos como os de Ferreira (2009), Farias (2014), Gutterres (2016), Fernandes (2017), Freire (2019), Vianna (2015; 2019). Tais formulações buscam sublinhar a dimensão ordinária da administração de escalas de valor para definições de vida e morte e chama atenção para a produção regular por parte dos governos de uma soberania que não só define quem morre como define a vida possível de ser vivida para determinadas populações. Refletindo sobre esta distribuição desigual das possibilidades de viver e morrer e, principalmente nos modos rotineiros de gestão dessa desigualdade, em especial nas grandes metrópoles e conglomerados latino-americanos, outros aspectos da noção de necrogovernança também foram desenvolvidos na disciplina Antropologia da Morte: Biopolítica, Necropolítica, Necrogovernança ministrada por Adriana Vianna, por mim e Lucas Freire no segundo semestre de 2018 no PPGAS, Museu Nacional - UFRJ.

[17] Me apoio aqui nas descrições de Frantz Fanon (1968, p. 29) sobre a cidade do colonizado como "um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados" e que são recuperadas de maneira muito perspicaz por Camila Fernandes (2017, p. 210) em seu trabalho quando ela localiza que "as narrativas sobre a procriação desenfreada de mulheres são complementares a uma política de extermínio dos moradores" – e as políticas de remoção, eu acrescentaria - nas favelas e periferias, "já que a imaginação sobre lugares nos quais supostamente se nasce muito é uma das razões que amparam a produção das mortes de forma compulsória" e a produção das remoções, já que se imagina que as moradias nestes territórios não são dignas ou habitáveis.

(Org.). Durham and London: Duke University Press, 2016.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. **"Luta-se pela terra livre":** Resistência e luta pela terra em Cachoeiras do Macacu, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRR, Seropédica – RJ, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida Precaria**: El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

____________. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

____________. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARPENTER, Stephen. R.; GUNDERSON, Lance H. Coping with collapse: ecological and social dynamics in ecosystem management. **BioScience** 51, 451–457, 2001.

CARVALHO, Deize. **Vencendo as adversidades**: autobiografia de Deize Carvalho. São Paulo: Nós por nós editora, 2014.

CYRULNIK, Boris. **A autobiografia de um espantalho**: São Paulo: Martins e Fontes, 2009.

CIOCCARI, Marta e DELLA TORRE, Djane. Blaudes, o camponês reconta a história (Introdução). In: **Japuara: um relato das entranhas do conflito** (Coleção Camponeses e o regime militar, V. 2). BARROS, Francisco Blaudes de Sousa Barros; CIOCCARI, Marta (Org.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

COSENTINO, Milena Callegari e MASSIMI, Marina. A experiência de autores judeus da psicologia sobreviventes do holocausto. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**; Rio de Janeiro; v. 12; n. 3; p. 1046-1062, 2012.

DAVYDOV, Dmitry M.; STEWART, Robert; RITCHIE, Karen; CHAUDIEU, Isabelle. Resilience and mental health. **Clinical Psychology Review** nº 30, p. 479–495, 2010.

DURIGAN, Giselda. O futuro do Cerrado diante do código florestal. **Ciência e Cultura**, vol. 62, nº 4, São Paulo, Outubro 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n4/a02v62n4.pdf acesso em NOV 2018.

DURIGAN, Giselda e RAMOS, Viviane Soares (Org.). **Manejo adaptativo: primeiras experiências na restauração de ecossistemas**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2013.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

EPELE, Maria. **Sujetar por la herida**: uma etnografia sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Paidós, 2010.

ESTEVÃO, Pedro; CALADO, Alexandre e CAPUCHA, Luís. Resilience. Moving from a "heroic" notion to a sociological concept. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 85, pp. 9-25, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Tese (Doutorado), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa:** a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora e-papers, 2009.

FOLKE, Carl. Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analysis. **Global Environmental Change**, nº 16, p. 253–267, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política** (Ditos e Escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

__________________. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

__________________. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Lucas de Magalhães. **A Gestão da Escassez***:* Uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de "crise". Tese (Doutorado), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. **A resiliência enquanto experiência de dignidade**: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ). Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre - RS, 2014.

______________________________. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Mana**, vol.22 nº.1 Apr, 2016.

HOLLING, Crawford Stanley. "Resilience and Stability of Ecological Systems." **Annual Reviews of Ecology and Systematics,** 4, p. 1–23, 1973.

HARVEY, David. **Justicia, naturaleza y geografía de la diferencia**. Quito: Traficantes del sueños (IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador), [1996] 2018.

LENETTE, Caroline; BROUGH, Mark e COX, Leonie. Everyday resilience*:* Narratives of single refugee women with children. **Qualitative Social Work** 12 (5) p. 637-653, 2012.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da

morte. N1 edições, 2018.

MARQUIS, Nicolas. “Whatever Does Not Kill Me Makes Me Stronger”: A Sociological Analysis of Uses of the Concept of Resilience. The Case of Boris Cyrulnik’s Self-Help Books Readers. **Swiss Journal of Sociology**, 45 (1), p. 107–126, 2019.

LESLIE, Paul; McCABE, J. Terrence. Response Diversity and Resilience in Social-Ecological Systems. **Current Anthropology**, Vol. 54, Nº. 2 (April), p. 114-143, 2013.

NEOCLEOUS, Mark. Resisting Resilience: Against the Colonization of Political Imagination. **Der Resilienzdiskurs in der Politik und in der Hilfe**. 10jähriges Jubiläum der stiftung medico international und Symposium, Juni, 2015. Disponível em: https://www.medico.de/fileadmin/user_upload/media/Neocleous_Resisting_Resilience.pdf, acesso Out. 2018.

MACKINNON, Danny; DERICKSON, Kate Driscoll. From resilience to resourcefulness: a critique of resilience policy and activism. **Progress in Human Geography,** 37 (2), p. 253-270, 2012.

MEEROW, Sara Meerow; NEWELL, Joshua P.. Urban resilience for whom, what, when, where, and why?. **Urban Geography,** Volume 40, 2019 - Issue 3, p. 309-329, 2016.

O’HARE, Paul e WHITE, Iain. Deconstructing Resilience: Lessons from Planning Practice. **Planning, Practice & Research**, Vol. 28, Nº 3, p. 275–279, 2013.

O’NEILL. Recovery in complex ecosystems. **Journal of Aquatic Ecosystem Stress and Recovery** 6, p. 181–187, 1999.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-45, 1989.

PULVIRENTI, Mariastella and MASON, Gail. Resilience and Survival: Refugee Women and Violence. **Current Issues in Criminal Justice**, Vol. 23 nº1, p. 37-52, 2011.

RUTTER, Michael. Resilience as a dynamic concept. **Development and Psychopathology**, nº 24, p. 335–344, 2012.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance**. Hidden Transcripts. New Haven, London: Yale University Press, 1990.

SEERY, HOLMAN, and SILVER. Whatever Does Not Kill Us: Cumulative Lifetime Adversity, Vulnerability, and Resilience. **Journal of Personality and Social Psychology**, Vol. 99, No. 6, 1025–1041, 2010.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2014. Algumas perspectivas sobre (vários) exercícios tutelares: apresentação ao volume. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. (org.). ***Tutela*: formação de Estado e tradição de gestão no Brasil.** Rio de Janeiro: E-papers.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. Tempos, Dores e Corpos: considerações sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN,

Patricia et all. (orgs.). **Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes:** ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, pp. 405-418, 2015.

___________________________________. Políticas de morte e seus fantasmas. **Le Monde Diplomatique Brasil:** Dossiê Estado de Choque. Disponível em: https://diplomatique.org.br/politicas-da-morte-e-seus-fantasmas/; acesso em ABR 2019.

WAGENAAR, Hendrik and WILKINSON, Cathy. Enacting Resilience: A Performative Account of Governing for Urban Resilience. **Urban Studies** (Special Issue Article: Governing for Urban Resilience), Volume: 52 issue: 7, page(s): 1265-1284, 2013.